



O ACORDO DE FAUSTO DA ÁFRICA COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL



Dossiê nº 88
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Maio de 2025

As obras de arte neste dossiê ilustram o pacto fáustico que todos os países africanos precisam fazer, o que tem um custo para sua soberania financeira, industrial, agrícola e política. As imagens foram criadas por membros do departamento de arte do Tricontinental.

O ACORDO DE FAUSTO DA ÁFRICA COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL



Dossiê nº 88 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Maio de 2025

Em 20 de junho de 1960, o Senegal conquistou sua independência da França. Dois anos depois, em 31 de agosto de 1962, o país se tornou membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e aproximadamente duas décadas após a independência, em 1979, entrou em um acordo para obter crédito em troca de mais controle do FMI sobre sua economia. A partir de 1979, muitos governos buscaram assistência do Fundo mais de vinte vezes ao longo dos 46 anos subsequentes. Os acordos do FMI tiveram nomes diferentes: Programa de Fundo Estendido, Programa de Crédito Estendido, Acordos Standby, Compromisso de Facilitação de Ajuste Estrutural, Programa de Ajuste Estrutural Aprimorado, Acordo de Facilitação de Concessão, Programa de Redução da Pobreza e Crescimento, Programa de Choque Exógeno, Programa de Crédito Rápido, Instrumento de Financiamento Rápido e Programa de Crédito Standby. Mas sua essência é a mesma: em troca da ajuda do FMI, incluindo o acesso a fundos dos mercados de crédito público e privado, o governo do Senegal teve sua soberania sobre sua política fiscal diminuída (o poder do Senegal sobre sua política monetária já foi reduzido pelo uso do franco CFA) (Pigeaud & Sylla, 2021).

Foi uma barganha de Fausto que todos os países africanos fizeram em algum momento de sua história. Países que não tinham erários estabelecidos, bancos centrais mal financiados, quase nenhum controle sobre suas matérias-primas e níveis muito baixos de industrialização enfrentaram uma tarefa árdua após a independência para construir a integridade de suas economias nacionais e redes comerciais regionais. Permaneceram integrados em uma estrutura neocolonial, que as intervenções do FMI reforçaram, e foram desencorajados a

empenhar seus recursos para construir capacidade humana ou a base industrial de suas economias.

Em nenhum momento as intervenções do FMI no Senegal, por exemplo, produziram um crescimento robusto; um estudo do Fundo de 1996, após quase duas décadas das mesmas políticas de ajuste, observou: “Embora as políticas adotadas sob esses programas tenham contribuído para uma redução nos desequilíbrios macroeconômicos, o crescimento econômico permaneceu errático e moderado, e as taxas de poupança e investimento foram relativamente baixas” (Tahari *et al.*, 1996, p. 33). Em outras palavras, não houve desenvolvimento. Os estudos reconhecem que onde houve crescimento, este foi em grande parte esporádico e devido ao aumento dos preços das *commodities*, não sendo convertido em capital fixo líquido, pois era frequentemente usado para pagamentos exorbitantes de dívidas e para financiar o bem-estar social, a fim de evitar um grande colapso social.

Em um importante relatório de 2002, o FMI reconheceu os problemas do que chamou de “uso prolongado” dos recursos do FMI (FMI, 2002). O relatório aborda dois países asiáticos (Filipinas e Paquistão) e um país africano (Senegal). No capítulo sobre o Senegal, pesquisadores do FMI escreveram que a política de 1979 a 2002 foi marcada por “um incentivo a ‘prometer demais’ no ritmo de restauração da sustentabilidade que decorreu de diretrizes internas que exigiam que houvesse um progresso significativo em direção à viabilidade externa até o final dos acordos de três anos” (*idem*, p. 179). Além disso, o excesso de otimismo foi atribuído ao “peso pesado dado aos indicadores baseados em exportação”, o que significava que

os relatórios da equipe do FMI “tendiam a minimizar a extensão dos problemas de dívida do Senegal”. O relatório concluiu que o país não poderia exportar sua saída da crise. No entanto, apesar dessa admissão surpreendente, isso não influenciou a política subsequente do FMI — certamente não no Mecanismo de Redução da Pobreza e Crescimento, que vigorou de 2003 a 2006.

Este dossiê analisa a longa história do FMI com os 54 países do continente africano, todos membros do FMI. Aqui, nos baseamos em dois dossiês anteriores sobre os contornos gerais da política do Consenso de Washington: *Vida ou dívida: o limiar estrangulador do neocolonialismo e a busca por alternativas na África* (dossiê n. 63, abril de 2023) e *Como o neoliberalismo usou a “corrupção” para privatizar a vida na África* (dossiê n. 82, novembro de 2024). Também se baseia em nosso volume da Inkani Books *Can Africans Do Economics?* (2024), editado por Grieve Chelwa.

Neste dossiê, voltaremos nossa atenção para as políticas de ajuste estrutural anteriores à primeira grande falência na Crise da Dívida do Terceiro Mundo (México, em 1982) e, portanto, não em resposta ao caos financeiro criado pelo aumento das taxas de juros dos EUA após outubro de 1979. Nos baseamos em dois estudos de caso, do Quênia e da Zâmbia, para ilustrar nossa análise geral e o uso prolongado das mesmas políticas para sufocar o desenvolvimento genuíno dos africanos. Além deste dossiê ser amplamente crítico ao FMI, nosso trabalho geral do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social é construir uma teoria do desenvolvimento que possa produzir desenvolvimento genuíno. Essa teoria está sendo elaborada sobre as

condições reais que a classe trabalhadora e o campesinato africanos exigem para levar adiante seus próprios sonhos de emancipação, que não são os sonhos das missões da equipe do FMI enviadas para nossa porção do mundo.



Um pesadelo que retorna todas as noites

Desde sua formação em 1944, o FMI focou principalmente no fornecimento de financiamento de curto prazo para evitar que países, particularmente na Europa devastada pela guerra que começava sua reconstrução, entrassem em colapso sob o peso de crises de balanço de pagamentos. Isso foi ilustrado pelo primeiro empréstimo do FMI, 25 milhões de dólares para a França em 1947, que tinha como objetivo evitar uma desvalorização catastrófica do franco. Foi somente depois de 1952 que o FMI começou a considerar o financiamento de longo prazo, particularmente no Terceiro Mundo, mas o tornou esse financiamento condicional a certas mudanças importantes em sua orientação política. Por exemplo, por meio do recém-desenvolvido Acordo de Stand-By (ASB), o FMI forneceria financiamento de curto e longo prazo a um país do Terceiro Mundo se ele reduzisse seus déficits orçamentários (“consolidação fiscal”), controlasse a inflação (“ajustes de política monetária”) e conduzisse reformas estruturais importantes, como privatizar serviços estatais e criar condições de mercado que favorecessem o setor privado (“aumentar a competitividade”). A doação do FMI ao Chile em 1955 de 12,5 milhões de dólares foi a primeira a ser estruturada por meio do ASB e a exigir condições. A principal fonte de receita do Chile eram as exportações de cobre, que estavam em alta demanda naqueles anos devido à reconstrução após a Segunda Guerra Mundial. O Chile teve poucos problemas para pagar este primeiro ASB, o que

estabeleceu um precedente do FMI para exigir pagamento e rejeitar a estratégia de perdão de dívida.¹

As condições impostas para tomar empréstimos do FMI produziram uma reação quase imediata de populações que não estavam dispostas a aceitar condições de austeridade para si mesmas para pagar empréstimos mal estruturados. Protestos anti-FMI ocorreram na Grécia (1953) e na Argentina (1956), onde os governos colocaram seu relacionamento com os credores ocidentais e o FMI à frente de seu próprio povo. É importante compreender a política desse momento: enquanto o FMI estabeleceu uma estrutura política em torno de condições para impor a modernização do Terceiro Mundo, ele aceitou regras mais justas para aliados ocidentais, como a República Federal da Alemanha. Foi detalhado no *Acordo de fevereiro de 1953 sobre Dívidas Externas Alemãs* que a Alemanha deveria reconciliar suas dívidas em sua moeda nacional, e foi proibido usar mais de 5% de suas receitas de exportação para pagar sua dívida. Também se beneficiaram de uma taxa de juros preferencial limitada a um máximo de 5% (Governo do Reino Unido, 1959). Estava claro no final da década de 1950 que a lógica da política do FMI era garantir que os países recém independentes, em grande parte no Sul Global, permanecessem dentro de uma estrutura econômica neocolonial. Eles não poderiam tentar impor sua soberania, e apenas aqueles com fidelidade ao aparato de segurança ocidental teriam alguma margem de manobra em relação às regras.

1 O segundo ASB foi para Honduras em 1957 por 5 milhões de dólares, que foi reembolsado de acordo com o cronograma graças ao aumento das exportações de bananas. O único país que se recusou a aderir às exigências do FMI neste período foi Cuba após a Revolução Cubana de 1959. A ilha se retirou do FMI em 1964 e assim permaneceu desde então.

O FMI não teve um papel ativo no continente africano até que o processo de descolonização se estabelecesse completamente. Em 1962, o primeiro ASB para um país africano foi um empréstimo ao Egito. Uma série de ASB se seguiu, indo principalmente para Estados do norte da África (Marrocos, 1963; Tunísia, 1964; Argélia, 1966) e para os Estados recém independentes de Gana (1966) e Quênia (1967). Kwame Nkrumah, de Gana, recusou-se a se envolver com o FMI, entendendo que isso interferiria na soberania nacional; foi somente após o golpe de estado contra Nkrumah que o novo governo militar foi ao FMI. Jomo Kenyatta, enquanto isso, foi ao Fundo apenas porque o Quênia havia emergido do colonialismo por meio de uma guerra sangrenta e destrutiva que ruiu sua economia. Imensas flutuações nos preços do chá e do café, as principais exportações do país, agravaram uma situação difícil. Nenhum desses Estados abordou o FMI com entusiasmo. Eles conheciam seus problemas desde o início. Em seu livro de referência de 1965, *Neocolonialismo: O último estágio do imperialismo*, Nkrumah descreveu a ajuda multilateral por meio de organizações internacionais como o FMI como uma armadilha neocolonialista. “Essas agências têm o hábito de forçar os possíveis tomadores de empréstimo a se submeterem a várias condições ofensivas, como fornecer informações sobre suas economias, submeter suas políticas e planos à revisão do Banco Mundial e aceitar a supervisão da agência sobre seu uso de empréstimos”, escreveu Nkrumah (1965, p. 188).

Devido à falta de alternativas credíveis, em alguns casos, os países africanos também buscaram ajuda de longo prazo para projetos de grande escala do Banco Mundial e do FMI. Durante o período de 1952 a 2023, quase metade dos compromissos assumidos pelo FMI

foram com países africanos, em grande parte devido à falta de alternativas continentais (African Future Policies Hub *et al.*, 2024). Até 2023, a dívida externa total do continente foi estimada pelo Banco Africano de Desenvolvimento em 1,152 trilhão de dólares, com pagamentos anuais de serviço da dívida de 163 bilhões (acima dos 61 bilhões em 2010) (African Development Bank Group, 2024). O relatório *State of Play of Debt Burden in Africa 2024 [Situação do peso da dívida na África 2024]* do African Export-Import Bank apontou vários fatores-chave: níveis de dívida já altos, com aumento particularmente rápido nas mãos de credores privados, e o custo do empréstimo vinculado à dívida externa crescendo “marcadamente” (Afreximbank Research, 2024; Poplawski-Ribeiro *et al.*, 2024). Para agravar a situação, baixas taxas de poupança interna (principalmente devido ao aumento da austeridade e da inflação) e uma falta de controle sobre a extração e exportação de matérias-primas deixaram muitos países africanos em uma espiral monetária séria. A cada ano, portanto, quando a equipe de estudo do FMI chega a qualquer uma das 54 capitais do continente, o pesadelo da arrogância do FMI começa de novo e a armadilha das condicionantes, austeridade, baixa poupança, mais empréstimos e maior dívida deixa as populações entregues ao desespero.



Instituições da África

Para evitar a “armadilha neocolonial”, Nkrumah e outros insistiram na necessidade de criar instituições africanas robustas tanto para gerar unidade política quanto para construir integração econômica em todo o rico continente africano. A Organização para a Unidade Africana (OUA) deu início ao processo em 1963, seguido pela Declaração de Monróvia (1979), o Plano de Ação de Lagos (1980), o Tratado de Abuja (1991), a Declaração de Sirte (1999) e a Agenda 2063 da União Africana (2013). Central para esse processo foi o reconhecimento da necessidade de cooperação regional (por meio da construção de Comunidades Econômicas Regionais ou CER), uma área de livre comércio continental e a criação de um sistema de unificação monetária (incluindo talvez uma moeda continental). Para a unidade monetária, os países africanos concordaram em construir um Banco Central Africano, um Banco Africano de Investimento (AIB, na sigla em inglês), uma Bolsa de Valores Pan-Africana e um Fundo Monetário Africano, com 2016 e 2018 sendo as datas-alvo de estabelecimento para os três últimos. Nenhuma dessas instituições viu a luz do dia.²

Dado o domínio das potências coloniais no continente africano, a política monetária não foi delegada às colônias até as últimas décadas do domínio colonial. Em alguns casos, como nas antigas colônias francesas, esse domínio estrangeiro persistiu após a independência.

2 O apetite pela integração regional foi satisfeito com vários graus de sucesso nos acordos econômicos regionais da Agência Monetária da África Ocidental (1993), da União Econômica e Monetária da África Ocidental (1994), da União Econômica e Monetária da África Central (1994), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (1996) e da Comunidade da África Oriental (2001).

Pouquíssimos Estados africanos desenvolveram bancos centrais (o primeiro foi na África do Sul — um país sujeito ao colonialismo de um tipo especial — em 1921). Em 1931, o Imperador Haile Selassie fechou o antigo e privado Banco da Abissínia e estabeleceu um moderno Banco da Etiópia, que poderia ter se tornado uma iniciativa importante no banco central do continente, mas foi fechado após a invasão italiana em 1935. Após a independência de Gana em 1957, o novo governo em Accra criou o Banco de Gana, mas sua soberania foi restringida pelo FMI em 1966 (após o golpe que removeu Nkrumah). Dada a escassez de fundos no continente devido à pilhagem colonial, os primeiros bancos centrais tornaram-se instituições para atrair financiamento em vez de núcleos para planejamento monetário de longo prazo ou para qualquer objetivo social direto (como defender o pleno emprego). A experiência de bancos centrais independentes não foi, portanto, significativa o suficiente e levou parcialmente a uma falta de confiança na criação de um Banco Central Africano ou Banco Africano de Investimento (AIB). É importante registrar que o AIB foi previsto para ficar em Trípoli, Líbia, com fundos iniciais vindos das vendas de petróleo de um fundo soberano líbio. A derrubada do governo de Muammar al-Gaddafi em 2011 suspendeu essa conversa.³

Das três instituições, o Fundo Monetário Africano foi o mais promissor. Em um estudo-chave de 1985 pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (Uneca), os autores escreveram que, como não há “um sistema monetário unificado na África, os bancos

3 Em dezembro de 2023, no entanto, o ministro interino das Relações Exteriores da Líbia, Taher al-Baour, se reuniu com o presidente do Comitê Fundador do Banco Africano de Investimentos, Mustafa al-Mana (da Autoridade de Investimentos da Líbia), para afirmar o compromisso futuro do país com o AIB.

centrais individuais acham difícil responder efetivamente aos caprichos da situação monetária internacional” (Comissão da ONU para a África *et al.*, 1985, p. 1-2). Como os bancos centrais da África “difícilmente consultam uns aos outros sobre política monetária”, continua o relatório, e há uma ausência de qualquer outro mecanismo para consulta, “o continente precisa de uma instituição regional”. Os autores do estudo indicaram ainda seis problemas:

1. o poder decrescente da política monetária doméstica para lidar com a atual crise econômica;
2. a crescente influência de fatores externos em tais políticas;
3. o declínio drástico na capacidade de geração de renda de exportação da África e o consequente esgotamento das reservas cambiais dos países;
4. déficits crescentes na balança de pagamentos e a consequente desaceleração ou interrupção do crescimento do desenvolvimento;
5. aumento das taxas de juros e outros encargos sobre empréstimos externos;
6. dívida externa crescente, que criou cumulativamente um círculo vicioso do qual muitas economias africanas não conseguiram sair.

A menos que haja grandes mudanças, o relatório observa, “estima-se que a situação econômica da África será pior no final desse século do que é agora” (*idem*, p. 2). Essa é uma mensagem clara. Quarenta anos depois, uma declaração análoga sobre o século XXI poderia ser feita.

Área de Livre Comércio Continental Africana

Um dos impedimentos mais sérios à criação desses acordos continentais é o baixo nível de comércio intra-africano, causado pela baixa capacidade de fabricação e processamento na maioria dos países.⁴ Os baixos níveis de integração são causados pelos altos níveis de exportação de matérias-primas não processadas e manufaturadas para outros continentes e a consequente importação de bens de fora da África. A participação da África na manufatura global caiu de 1,9% em 1980 para 1,5% em 2010) e está diminuindo (na África Subsaariana, a participação da manufatura no PIB caiu de 13% em 2000 para 10% em 2017) (Banco de Desenvolvimento Africano, 2022). A situação é tão terrível que a OUA (agora União Africana, ou UA) proclamou em julho de 1989 que 20 de novembro seria comemorado como o Dia da Industrialização da África (que foi então adotado pelas Nações Unidas) (Assembleia Geral da ONU, 1989). Em 2012, os Estados-membros da UA começaram a negociar uma Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), que foi então acordada em 2018. Há imenso entusiasmo pelo tratado porque sua área territorial inclui mais de 1,3 bilhão de pessoas com um PIB combinado de 3,4 trilhões de dólares (Banco Mundial, 2020). No entanto, a África do Sul e a Nigéria — a primeira e a quarta maiores economias da África — ameaçam a viabilidade da

4 Esta é a mensagem central do African Economic Outlook 2017. Empreendedorismo e Industrialização (2017).

AfCFTA porque estão colocando seus interesses nacionais à frente dos interesses continentais.

A AfCFTA tem uma tarefa enorme pela frente. Atualmente, o comércio intra-africano representa apenas 15% do comércio total na região (Afreximbank, 2024, p. 2). Parte disso tem a ver com a forma colonial da infraestrutura do continente, que foi inicialmente entendida como um obstáculo nas duas primeiras décadas da independência. Na maioria dos países africanos, estradas e ferrovias foram projetadas para transportar mercadorias de minas e campos para portos e para ligar centros provinciais com capitais coloniais. Pouca infraestrutura existia. A reconstrução de redes de transporte continua cara. Por isso uma série de iniciativas continentais, como o Escritório de Rodovias Transafricanas (1971); Programa de Política de Transportes da África Subsaariana (1987); Programa para o Desenvolvimento de Infraestrutura na África (2012); e a Rede Ferroviária Integrada de Alta Velocidade Africana (2013), não conseguiram avançar. A estimativa mais confiável sugere que os países africanos precisarão levantar de 130 bilhões a 170 bilhões de dólares por ano para começar a lidar com a lacuna de infraestrutura (Banco de Desenvolvimento Africano *et al.*, 2022, p. 11). Apesar dos benefícios potenciais, o investimento privado simplesmente não está disponível, e o investimento público foi espremido até secar. Os países africanos começaram a contar com várias iniciativas globais, como a Iniciativa Cinturão e Rota da China (2013), o Global Gateway da União Europeia (2021) e a Parceria para Infraestrutura e Investimento Global dos países do G-7 (2022).



Estudos de caso: Quênia e Zâmbia

Quênia

Em 18 de junho de 2024, protestos de massa liderados por jovens eclodiram em todo o Quênia, culminando na invasão do Parlamento queniano sete dias depois. O Projeto de Lei de Finanças de 2024, uma peça legislativa que propunha uma série de medidas fiscais que concederiam concessões aos ricos e às corporações multinacionais às custas dos pobres do Quênia, estava sendo contestado (Nyabola, 2024). O projeto de lei buscava aumentar as receitas do governo cobrando impostos adicionais sobre alimentos (como ovos, batatas, pão e óleo vegetal), transporte público, absorventes higiênicos e transações de dinheiro móvel — os tipos de bens e serviços vitais para o bem-estar da classe trabalhadora do Quênia (Okubasu, 2024). Embora o projeto de lei tenha sido ostensivamente vendido como sendo uma criação do Tesouro Nacional do Quênia, ele foi efetivamente o resultado de um acordo de financiamento que o governo queniano havia firmado com o FMI em abril de 2021. Muitos dos jovens manifestantes nas ruas estavam cientes desse fato e, portanto, em alguns círculos, os protestos eram conhecidos como manifestações “anti-FMI”. Em 27 de junho de 2024, dois dias após os manifestantes invadirem o parlamento, o presidente William Ruto anunciou a retirada do projeto de lei junto com a demissão de todo o seu gabinete, incluindo o ministro das Finanças Njuguna Ndung'u.

As ações do presidente Ruto foram sem precedentes na história do Quênia.

Os protestos históricos anti-FMI do Quênia foram contra muitos, incluindo o FMI, que vinham argumentando há algum tempo que havia se reformado de sua insistência na austeridade antipobre que havia sido uma característica definidora de suas intervenções nas décadas de 1980 e 1990. Por exemplo, em 2016, o FMI publicou um ensaio notável intitulado “Neoliberalismo: Exagerado?”, apresentando uma crítica parcial dos princípios definidores do neoliberalismo. Os autores escreveram:

Há muito o que comemorar na agenda neoliberal [...] No entanto, há aspectos que não foram entregues como esperado. Nossa avaliação está confinada aos efeitos de duas políticas: remoção de restrições à movimentação de capital através das fronteiras de um país (a chamada liberalização da conta de capital); e consolidação fiscal, às vezes chamada de “austeridade”, que é uma abreviação para políticas para reduzir déficits fiscais e níveis de dívida. Uma avaliação dessas políticas específicas (em vez da ampla agenda neoliberal) chega a três conclusões inquietantes:

- Os benefícios em termos de aumento do crescimento parecem bastante difíceis de estabelecer quando se analisa um amplo grupo de países.
- Os custos em termos de aumento da desigualdade são proeminentes. Tais custos resumem o trade-off entre os

efeitos de crescimento e equidade de alguns aspectos da agenda neoliberal.

- O aumento da desigualdade, por sua vez, prejudica o nível e a sustentabilidade do crescimento. Mesmo que o crescimento seja o único ou principal propósito da agenda neoliberal, os defensores dessa agenda ainda precisam prestar atenção aos efeitos distribucionais (Ostry, 2016).

O FMI concluiu: “Os decisores políticos e as instituições como o FMI que os aconselham devem ser guiados não pela fé, mas pela evidência do que funcionou” (idem).

Como seria de se esperar, essa publicação causou comoção no mundo das finanças e da economia. O economista Rick Rowden argumentou que o FMI havia lançado “uma bomba política” e que sua crítica ao neoliberalismo era semelhante ao “Papa declarando que não há Deus” (Rowden, 2016). Mark Weisbrot, codiretor do Centro de Política Econômica e Pesquisa (CEPR), disse brincando que era como se Donald Trump tivesse escrito um artigo de opinião com o título “Insultando seus oponentes: exagerado?” (Weisbrot, 2016). Mais importante, alguns passaram a ver o *mea culpa do FMI* como um sinal de uma mudança esperançosa na forma como o fundo conduziria seus negócios no futuro. Essas esperanças foram estimuladas pelos comentários de Kristalina Georgieva, diretora do FMI desde 2019, que alertou notavelmente contra “a força sufocante da austeridade” (Koutsokosta, 2021).

Nesta seção, estudamos de perto duas incursões relativamente recentes do FMI na África para determinar se o fundo realmente se reformou de maneiras que apoiariam aspirações amplamente sustentadas por soberania. Especificamente, estudamos os termos financeiros de dois grandes programas acordados com o Quênia (em abril de 2021) e a Zâmbia (em setembro de 2022).

O FMI e o Quênia

No início da última década, a economia do Quênia foi anunciada como uma das estrelas em ascensão da África pelo *The Economist* (2013). Encorajado por esse otimismo da imprensa e pelo conselho do FMI para diversificar as fontes de seu crédito, o país entrou em uma onda de empréstimos que viu seu estoque de dívida externa aumentar em mais de 300%, de 7 bilhões de dólares em 2010 para 34 bilhões em 2020 (Banco Mundial, 2021, p. 95). As Estatísticas da Dívida Internacional do Banco Mundial mostram que os pagamentos do serviço da dívida cresceram de 90 milhões de dólares em 2010 para 1,2 bilhão em 2020 (idem). Com um perfil de dívida tão insustentável, a economia queniana foi previsivelmente enviada para uma espiral econômica com a chegada da pandemia de Covid-19 no início de 2020.

Em 19 de março de 2021, o Ministro das Finanças do Quênia, Ukur Yatani, e o Governador do Banco Central, Patrick Njoroge, escreveram em conjunto uma carta endereçada à diretora do FMI, Kristalina Georgieva, na qual imploraram por assistência imediata para enfrentar os crescentes custos do serviço da dívida, uma economia

em declínio e a pandemia global. A carta deles declarou explicitamente: “desejamos solicitar um acordo [de financiamento de três anos] sob o Programa de Financiamento Alargado (EFF, na sigla em inglês) e o Programa de Crédito Estendido (ECF, na sigla em inglês) [totalizando] 2,3 bilhões de dólares” (FMI, 2021a, p. 48).

Yatani e Njoroge continuaram argumentando que o empréstimo, se concedido, preencheria as “lacunas de financiamento fiscal e externo” do Quênia e restauraria a saúde econômica do país em tempo recorde. Georgieva prontamente apresentou a carta ao conselho executivo do FMI para consideração, juntamente com um relatório detalhado sobre o estado da economia queniana que havia sido preparado por economistas do FMI. Duas semanas depois, em 2 de abril de 2021, Georgieva anunciou em Washington que eles haviam considerado favoravelmente o pedido do Quênia e concedido ao país o valor total que havia sido solicitado.

No entanto, perdido em todas as comemorações estava o fato de que o FMI havia estruturado o empréstimo de forma que o Quênia não recebesse os 2,3 bilhões de dólares de uma só vez, mas o fizesse em parcelas ao longo de um período de três anos (FMI, 2021b). A aprovação do conselho executivo significou que uma quantia de 307 milhões de dólares foi imediatamente disponibilizada ao país, mas o saldo de cerca de 2 bilhões só seria liberado após o Quênia satisfazer as condições do FMI (idem).

Quais eram essas condições? Primeiro, o eixo central do programa seria a consolidação fiscal alcançada por meio de aumentos de impostos e cortes de gastos. Do lado dos gastos, o FMI queria ver

uma redução drástica no saldo fiscal primário do Quênia de um déficit de 5% do PIB em 2021 para um superávit de 0,2% do PIB até 2024, praticamente eliminando bilhões de dólares em gastos do governo em uma janela muito estreita de apenas três anos. Do lado dos impostos, o FMI queria que o Quênia aumentasse sua relação imposto/PIB, uma medida da eficiência da arrecadação de impostos, de 12,9% do PIB em 2021 para 15,6% até 2024 (FMI, 2021a, p. 11). Geralmente, aumentos na eficiência da arrecadação de impostos são desejáveis, pois podem proporcionar ao Estado os recursos necessários para investir em setores sociais. Nesse caso, no entanto, a maioria dos aumentos na eficiência tributária teria que ser suportada por aumentos em impostos, como sobre salários, imposto sobre valor agregado, serviços financeiros móveis e assim por diante, que afetam desproporcionalmente a classe trabalhadora. Os impostos cobrados do setor privado do Quênia e de corporações multinacionais foram deixados praticamente inalterados.

A segunda parte do programa exigiu as chamadas reformas estruturais e de governança. Quanto às primeiras, o FMI argumentou que os subsídios às empresas estatais do Quênia estavam adicionando um fardo desnecessário às finanças do país. Conseqüentemente, o fundo queria ver o apoio governamental reduzido às seguintes estatais: Kenya Railways, Kenya Airways, Kenya Ports Authority, Kenya Airports Authority, Kenya Power, Kenya Electricity Generating Company e Kenya Ports Authority. Também destinadas a cortes de gastos estavam as três maiores universidades públicas. O FMI também queria que o governo fortalecesse sua estrutura anticorrupção, identificando-a como um fator determinante dos problemas fiscais do país (Tricontinental, 2024).

A parte final do programa abordou arranjos monetários. O FMI exigiu que o Banco Central do Quênia mudasse de uma política monetária acomodatória (taxas de juros mais baixas) para uma política monetária mais rígida (taxas de juros mais altas) no médio prazo. Essas condições deveriam ser rigorosamente monitoradas por meio de avaliações trimestrais pelo FMI. O fracasso em cumprir algumas ou todas elas, colocava em risco o programa e a suspensão de novos desembolsos. Esse ponto é importante devido ao truque nas palavras. O programa foi anunciado como o programa das autoridades quenianas. Por que exigiu um monitoramento tão próximo e por que estava vinculado a desembolsos financeiros se foi totalmente projetado e pertencia ao governo queniano?

Como estabelecido por uma vasta literatura, as condições do FMI eram anticrescimento, antipobres e, mais importante, antidesenvolvimento. Sem surpresa, embora o ECF/EFF devesse ser executado até abril de 2024 (três anos), as autoridades quenianas solicitaram uma extensão, fundos adicionais e uma nova linha de crédito sob o Programa de Resiliência e Sustentabilidade (RSF, na sigla em inglês) (FMI, 2024). O RSF veio com outra rodada de condições que eram semelhantes aos acordos anteriores. Em outras palavras, embora a austeridade não tivesse funcionado sob o ECF e o EFF, o governo queniano bizarramente pediu mais austeridade na esperança de que a dose adicional funcionasse de alguma forma.



Zâmbia

A Zâmbia foi um dos países que foi visto como estando à beira da decolagem no início da segunda década do século XXI. A previsão para o preço do cobre (o esteio do país) era esperançosa devido ao aumento da demanda pela *commodity* vinda de uma China em crescimento. Em 2011, a Zâmbia obteve sua primeira classificação de crédito soberano da Fitch, dando-lhe a licença para tomar empréstimos nos mercados de capital internacionais. A dívida externa da Zâmbia aumentou em incríveis 1.100% de 1 bilhão de dólares em 2011 para 12 bilhões no final de 2019 (Chelwa, 2025). Os pagamentos do serviço da dívida dispararam de 67 milhões em 2011 para 1 bilhão em 2019, consumindo 16% do orçamento nacional de apenas 2% em 2011 (*idem*). Dada a similaridade da trajetória da dívida da Zâmbia com a do Quênia, não foi surpreendente que, quando o choque da Covid-19 chegou, a economia da Zâmbia, assim como a do Quênia, despencou. Em novembro de 2020, alguns meses após o início da pandemia, a Zâmbia cessou os pagamentos de juros sobre sua dívida externa e se tornou o primeiro país na era da Covid-19 a entrar em moratória.

Assim como o Quênia, a Zâmbia recorreu ao FMI em busca de assistência. Dois anos após a moratória em 8 de agosto de 2022, a ministra das Finanças da Zâmbia, Situmbeko Musokwatane, e o governador do Banco Central, Denny Kalyalya, escreveram uma carta urgente endereçada à diretora do FMI, Kristalina Georgieva:

o Governo da Zâmbia solicita o apoio do FMI [sob] este programa de políticas [...] O pedido é para assistência financeira

através de um acordo [de três anos] sob o Programa de Extensão de Crédito (ECF), cobrindo o período de 2022 a 2025, em um valor de [\$1,2 bilhão] [...] Este apoio financeiro e o impacto catalisador do programa do Fundo nos ajudariam a abordar nossas necessidades urgentes de balanço de pagamentos (totalizando 11 bilhões de dólares ao longo de 2022–2025) e apoiar nossa agenda de reformas. Pretendemos usar metade do financiamento do FMI como apoio orçamentário e a outra metade para reconstruir amortecedores, aumentando a posição de reserva internacional do país (FMI, 2022a).

Como no caso do Quênia, o pedido foi aprovado. Duas semanas depois, em 31 de agosto, o conselho executivo do FMI imediatamente deu ao governo zambiano acesso a 185 milhões de dólares, com o restante de cerca de 1,1 bilhão a ser desembolsado ao longo de três anos e vinculado, como no caso queniano, a condições.

Ao derivar as condições da Zâmbia, o FMI viu os objetivos do novo ECF como segue:

O programa proposto apoiado pela ECF visa restaurar a estabilidade macroeconômica e promover um crescimento mais alto, mais resiliente e mais inclusivo [...] e é adaptado para abordar os desafios macroeconômicos mais urgentes da Zâmbia, a saber: (i) restaurar a sustentabilidade por meio do ajuste fiscal e da reestruturação da dívida; (ii) criar espaço fiscal para gastos sociais para amortecer o fardo do ajuste; e (iii) fortalecer a governança e reduzir as vulnerabilidades à corrupção, inclusive por meio da melhoria da gestão financeira pública.

O programa buscará garantir que as políticas monetárias e cambiais apoiem a restauração da estabilidade macroeconômica, as reservas internacionais retornem a níveis adequados e o setor financeiro permaneça estável (FMI, 2022b).

O programa da Zâmbia, como o do Quênia, tinha três objetivos: austeridade fiscal, reformas estruturais e de governança e, finalmente, reformas monetárias. Em termos de austeridade, o ECF da Zâmbia foi muito mais agressivo do que o do Quênia, exigindo “uma consolidação fiscal ampla, antecipada e sustentada” entre 2022 e 2025 (FMI, 2022a). Especificamente, o FMI queria ver o déficit fiscal reduzido de 6% do PIB no início de 2022 para um superávit fiscal de 3,2% do PIB em 2025 (Lusaka Times, 2022).

Essa drástica consolidação fiscal teve dois lados: reduções de despesas e aumentos de impostos. Do lado das despesas, o FMI queria que o governo zambiano reduzisse as despesas públicas em bilhões de dólares de 2022 a 2025. Eles exigiram uma interrupção imediata de novas despesas de capital (em bens públicos como estradas e usinas de energia) e uma redução ou eliminação de despesas favoráveis aos pobres e à classe trabalhadora. Na última categoria, o FMI queria que o governo abolisse os subsídios de combustível e eletricidade, embora isso levasse a aumentos no custo de vida (Chelwa, 2024). Crucialmente, o FMI destacou o altamente bem-sucedido Farm Input Support Programme [Programa de Apoio a Insumos Agrícolas] (FISP), que havia sido introduzido em 2002 e havia ajudado muito a soberania alimentar da Zâmbia ao fornecer suporte de insumos a milhões de agricultores camponeses. O FMI exigiu que o governo reduzisse seu financiamento ao FISP de 3% do PIB no

início de 2022 para 1% do PIB até 2025. Uma análise recente argumentou que essa decisão é em grande parte responsável pela crise de fome que envolveu a Zâmbia em 2024 e continua até os dias atuais (Mushinge & Chelwa, 2024).

Aumentos de receita foram responsáveis pelo outro lado da consolidação fiscal. Aqui, como no caso queniano, o fardo dos aumentos seria suportado em grande parte pelos pobres por meio de impostos mais altos sobre salários e por meio de uma redução no número de bens que tinham sido taxados a zero para fins de imposto sobre valor agregado (IVA). Como é bem sabido, o IVA é um imposto regressivo no sentido de que impacta mais os pobres do que os ricos, e os governos frequentemente cobram uma taxa zero sobre algumas necessidades para proteger os pobres. Neste caso, o FMI recomendou a remoção de tais isenções. Impostos sobre lucros corporativos e especialmente lucros realizados das gigantescas casas multinacionais de mineração da Zâmbia foram dificilmente alterados e em alguns casos foram reduzidos.

Uma segunda parte das condições do FMI se concentrou em reformas estruturais e de governança. Assim como no Quênia, o FMI mirou nas empresas estatais da Zâmbia. A principal delas foi a Zambia Electricity Supply Corporation (Zesco), cujo subsídio implícito o FMI queria que o governo eliminasse, o que aumentaria as tarifas de eletricidade cobradas de famílias pobres. Além disso, o FMI queria que o governo começasse a elaborar planos para a possível privatização da empresa de eletricidade ou, no mínimo, desmembrá-la em unidades menores que seriam mais fáceis de administrar.

Uma parte final do programa do FMI, preocupada com a condução da política monetária, incentivou o aperto monetário (aumento das taxas de juros), um cenário que afetaria o custo do crédito em toda a economia.

Essas condições deveriam ser monitoradas de perto por meio de revisões semestrais que vinculavam o desempenho satisfatório à liberação de novos desembolsos do empréstimo ECF. Assim como no caso do Quênia, o FMI se referiu ao programa de condições como “caseiro”, outro truque de linguagem destinado a enganar os leitores a pensar que as prescrições políticas foram derivadas autonomamente pelo governo zambiano. Sem surpresa, a economia zambiana tem lutado para se recuperar durante a vida do empréstimo ECF. O empréstimo atual está previsto para expirar em outubro de 2025, e o ministro das finanças sugeriu recentemente que pediria ao FMI uma extensão e aumento do empréstimo de forma semelhante ao Quênia (Hill, 2025).



Os estudos de caso do Quênia e da Zâmbia mostram que a austeridade do FMI está viva e bem, apesar dos protestos da organização em contrário, uma realidade que é generalizada em todo o Sul Global. Um estudo de 2021 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) descobriu que o FMI estava tragicamente ainda solicitando austeridade como uma pré-condição para assistência durante os piores meses da pandemia de Covid-19 (OIT, 2021). Um novo livro dos economistas políticos Alexandros Kentikelenis e Thomas Stubbs intitulado *A Thousand Cuts* (2023) descobriu que o único aspecto consistente da política de empréstimos do FMI durante o período de 1980 a 2019 foi sua insistência na austeridade, especialmente nos países mais pobres (Kentikelenis & Stubbs, 2023).

Em vez de gerar desenvolvimento e aumentar a soberania, as incursões do FMI na África continuam empobrecendo o continente enquanto corroem a soberania nacional e seu projeto continental mais amplo. O Senegal, por onde começamos este dossiê, está em uma encruzilhada. Uma auditoria do governo mostra que a administração anterior relatou dados incorretamente, o que refletiu encargos de dívida e déficits orçamentários muito menores. Isso significa que os empréstimos foram garantidos com base em falsas presunções (Asamaan, 2025). O FMI, portanto, suspendeu a linha de crédito de 1,8 bilhão de dólares para o país. Agora, o governo de Diomaye Faye, que chegou ao poder com um mandato progressista, buscará um novo empréstimo do FMI em junho (TRT Afrika, 2025). Outros caminhos se abrirão para o Senegal ou ele estará fadado a seguir em frente com a agenda de dívida e austeridade do FMI que atormenta os países do Sul Global há décadas?





Referências

- AFREXIMBANK. African Trade Report 2024: Climate Implications of the AfCFTA Implementation. Cairo: African Export-Import Bank, 2024.
- AFREXIMBANK. State in Burden Debt 2024. Africa and Dynamics Debt Vulnerability (Cairo: African Export-Import Bank, 2024).
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK. et al., Africa Industrialisation Index 2022.
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. 'Annual Meetings 2024: Old Debt Resolution for African Countries – The Cornerstone of Reforming the Global Financial Architecture', African Development Bank Group, 15 maio 2024, <https://www.afdb.org/en/news-and-events/annual-meetings-2024-old-debt-resolution-african-countries-cornerstone-reforming-global-financial-architecture-70791>.
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK, AFRICAN UNION, AND UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANISATION, Africa Industrialisation Index 2022. Addis Abba: African Development Bank Group, 2022.
- AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK 2017. Entrepreneurship and Industrialisation. Abidjan: African Development Bank, Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, and New York: United Nations Development Programme, 2017.
- AFRICAN FUTURE POLICIES HUB; AFRICA POLICY RESEARCH INSTITUTE; DEVELOPMENT REIMAGINED. 'Inputs for Elements Paper on Financing for Development'. Paper submitted for the Fourth International Conference on Financing for Development, Seville, Spain, 30 jun. 3 jul. 2025, 15 out. 2024. Disponível em: <https://financing.desa.un.org/sites/default/files/2024-10/AFP%2C%20APRI%20%26%20Development%20Reimagined%20-%20Inputs%20for%20Elements%20Paper%20on%20FFD.pdf>.
- ASAMAAN, Abbas. 'Au Sénégal, la Cour des comptes pointe les dérives financières de la présidence de Macky Sall' [In Senegal, the Court of Auditors Points Out the Financial Excesses of the Presidency of Macky Sall], Le Monde, 14 fev. 2025. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2025/02/14/au-senegal-la-cour-des-comptes-pointe-les-derives-financieres-de-la-presidence-de-macky-sall_6546381_3212.html.

BANCO MUNDIAL, International Debt Statistics 2022. Washington: International Bank for Reconstruction and Development, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/2d6b3d72-a763-5db8-bd8b-209a6a7fb384/content>.

BANCO MUNDIAL. The African Continental Free Trade Area. Washington, DC: World Bank, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/trade/publication/the-african-continental-free-trade-area>.

CHELWA, Grieve. KAULULE, Ntazana Siameand Paolo de Renzio. 'External Forces and Zambia's Permanent Debt Crisis', Development, fev. 2025. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41301-025-00431-z>.

CHELWA, Grieve. 'Thanks to the IMF, Zambia's Fuel Prices Have Nearly Doubled in Two Years', Africa Watch, 15 fev. 2024. Disponível em: <https://gchelwa.substack.com/p/thanks-to-the-imf-zambias-fuel-prices>.

FMI. 'IMF Executive Board Concludes the Seventh and Eighth Reviews under the Extended Fund Facility and Extended Credit Facility and Review under the Resilience and Sustainability Facility Arrangement with Kenya', International Monetary Fund, 30 out. 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/10/30/pr-24398-kenya-imf-concludes-7th-and-8th-rev-under-the-ef-and-ecf-and-rev-under-rsf-arrangement>.

FMI. 'Zambia: Request for an Arrangement Under the Extended Credit Facility-Press Release; Staff Report; Staff Supplement; Staff Statement; and Statement by the Executive Director for Zambia', International Monetary Fund Country Report n. 22/292, 6 set. 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2022/09/06/Zambia-Request-for-an-Arrangement-Under-the-Extended-Credit-Facility-Press-Release-Staff-523196>.

FMI. 'IMF: Zambia's Extended Credit Facility Arrangement', IMF Media Center, 1 set. 2022. Disponível em: <https://mediacenter.imf.org/news/imf-zambia-s-extended-credit-facility-arrangement/s/45ff4f0d-ab95-44b4-995b-499fa4f273d1>.

FMI. 'Kenya: Requests for an Extended Arrangement Under the Extended Fund Facility and an Arrangement Under the Extended Credit Facility-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Kenya', International Monetary Fund Country Report no. 21/72, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2021/04/06/Kenya-Requests-for-an-Extended-Arrangement-Under-the-Extended-Fund-Facility-and-an-50339>, p. 48.

FMI. “Kenya: IMF Executive Board Approves US\$2.34 Billion ECF and EFF Arrangements,” IMF News, 2 abr. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/04/02pr2198-kenya-imf-executive-board-approves-us-billion-ecf-and-ef-eff-arrangements>.

FMI. Independent Evaluation Office. Report on the IEO [Independent Evaluation Office] on Prolonged Use of IMF Resources. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2002.

GOVERNO DO REINO UNIDO. German External Debts: Part 1. London: Treaty Series n. 7, 1959. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5a7c93bf40f0b626628ad097/German_Ext_Debts_Pt_1.pdf.

HILL, Matthew. “Zambia Considers Fresh IMF Deal With Elections in Sight”, Bloomberg, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2025-02-06/zambia-considers-fresh-imf-deal-with-elections-in-sight>.

https://www.afdb-org.kr/wp-content/uploads/2022/12/africa_industrialisation_index_2022_en-web.pdf.

KENTIKELLENIS, Alexandros; STUBBS, Thomas. A Thousand Cuts: Social Protection in the Age of Austerity. Oxford: Oxford University Press, 2023.

KOUTSOKOSTA, Efi. ‘Don’t Suffocate Recovery with Austerity Policies, IMF Chief Georgieva Warns Europe’, Euronews, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://www.euronews.com/business/2021/12/08/don-t-suffocate-recovery-with-austerity-politics-imf-chief-georgieva-warns-europe>.

LUSAKA TIMES. ‘IMF Deal: Cry My Beloved Zambia, the Conditions Are Heartless’, Lusaka Times, September 9, 2022, <https://www.lusakatimes.com/2022/09/09/imf-deal-cry-my-beloved-zambia-the-conditions-are-heartless/>.

MUSHINGE, Bernadette; CHELWA, Grieve. ‘Policy Failure Caused Zambia’s Food Crisis’, Africa Watch, 3 mar. 2024. <https://gchelwa.substack.com/p/policy-failure-caused-zambias-food>.

NAÇÕES UNIDAS. Resolution Adopted by the General Assembly, NR054996. New York: United Nations, 1989), 162-163. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/resolution/gen/nr0/549/96/img/nr054996.pdf>

NKRUMAH, Kwame. Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism. London: Thomas Nelson, 1965, 188.

NYABOLA, Nanjala. 'The World Is Scrambling to Understand Kenya's Historic Protests – This Is What Too Many Are Missing', *The Guardian*, 1 jul. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/article/2024/jul/01/kenya-protests-finance-bill-government-debt>.

OIT. 'Social Policy Advice to Countries from the International Monetary Fund During the COVID-19 Crisis: Continuity and Change', ILO Working Paper no. 42, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/social-policy-advice-countries-international-monetary-fund-during-covid-19>.

OKUBASU, Derrick. 'Comprehensive List of all 16 Changes in Finance Bill 2024 After Ruto's State House Meeting', *Kenyans*, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://www.kenyans.co.ke/news/101755-finance-bill-2024-comprehensive-list-all-16-changes-after-rutos-state-house-meeting>.

OSTRY, Jonathan D.; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. 'Neoliberalism: Oversold?', *Finance & Development* 53, n. 2, jun. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>.

PIGEAUD, Fanny; SYLLA, NDONGO. *Africa's Last Colonial Currency: The CFA Franc Story*. London: Pluto Books, 2021.

POPLAWSKI-RIBEIRO, Marcos et al., 2024 *Global Debt Monitor*. Washington: Fiscal Affairs Department, IMF, 2024.

ROWDEN, Rick. 'The IMF Confronts Its N-Word', *Foreign Policy*, 6 jul. 2016. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2016/07/06/the-imf-confronts-its-n-word-neoliberalism/>.

TAHARI, Amor; VRIJER, Jules; FOUAD, Manal. "Senegal, 1978–93", *Adjustment for Growth: The African Experience*, Occasional Paper n. 143. Amor Tahari, Michael Nowak; Michael T. Hadjimichel; Robert Sharer (orgs.). Washington, D.C.: International Monetary Fund, 1996.

THE ECONOMIST. 'The Hopeful Continent: Special Report', *The Economist*, 2 March 2013, https://www.economist.com/sites/default/files/20130203_emerging_africa.pdf.

TRINCONTINENTAL. How Neoliberalism Has Wielded 'Corruption' to Privatised Africa, dossier n. 82, nov. 2024, <https://thetricontinental.org/dossier-how-neoliberalism-has-wielded-corruption-to-privatise-africa/>.

TRT AFRIKA. 'Le Sénégal espère un nouveau programme du FMI d'ici fin juin' [Senegal Hopes for a New IMF Programme by the End of June], TRT Afrika, 14 fev. 2025. Disponível em: <https://trtafrika.com/fr/business/le-senegal-espere-un-nouveau-programme-du-fmi-dici-fin-juin-18264878>.

UN ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA et al., The Establishment of an African Monetary Fund, 2.

UN ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA; ORGANISATION OF AFRICAN UNITY; AFRICAN CENTRE FOR DEVELOPMENT AND STRATEGIC STUDIES; AFRICAN DEVELOPMENT BANK; THE AFRICAN INSTITUTE FOR ECONOMIC DEVELOPMENT; PLANNING, The Establishment of an African Monetary Fund: Structure and Mechanism. A Technical Feasibility Study. Addis Ababa: UN Economic Commission for Africa, 1985.

WEISBROT. Mark 'IMF Economists Discover Some of the Big Failures of Neoliberalism: About Time', CEPR Blog, 2 jun. 2016. Disponível em: <https://cepr.net/publications/imf-economists-discover-some-of-the-big-failures-of-neoliberalism-about-time/>.



Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizada por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org